

Um olhar feminista sobre o sujeitx da transformação social em *Nuestra América**

Luciano Fabbri**

Resumo:

Este artigo faz parte de uma série de esforços orientados a sistematizar e aprofundar algumas reflexões sobre os desafios dos movimentos sociais e populares no contexto atual, recuperando algumas expressões dos feminismos contemporâneos que, numa perspectiva antisexistista, antirracista e anticapitalista, contribuem na estratégia ao desafio de pensar o "sujeitx¹ da transformação social".

Palavras-chave: Feminismo. *Nuestro* feminismo. Sujeitx. Transformação social.

Introdução

As experiências de construção do poder popular situam a participação real e ativa dos sujeitxs populares como requisito indispensável à busca da transformação social. Neste sentido, a radicalização das práticas democráticas e a construção de relações sociais não hierárquicas e desalienantes constituem pilares fundamentais das construções do poder popular e suas aspirações emancipatórias.

A perspectiva feminista, das mais críticas entre as perspectivas críticas, oferece ferramentas conceituais e metodológicas chaves para a tarefa de submeter ao questionamento e colocar sob suspeita todas as práticas hegemônicas

* Traduzido do espanhol por Alexander Hilsenbeck Filho.

** Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Bolsista CONICET. Membro do Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero (IIEGE-UBA) e do Centro de Estudos para a Mudança Social (CECSO). Integra o *Coletivo Homens Antipatriarcais* e o *Espaço de Saúde da Frente Popular Darío Santillán*, da cidade de La Plata. End. eletrônico: lucho_fabbri@yahoo.com.ar

¹ Utilizo a letra "x"(xs) para fazer referência às distintas identidades de gênero existentes. Tanto o @ (@s) como o uso das terminações em a ou o (as/os) podem servir para fazer referência aos sexos masculino e feminino, mas não contemplam as identidades transexuais, intersex, travestis ou outras já existentes ou por existir. Ao mesmo tempo, para aquelxs que sustentam a linguagem sexista amparadxs na economia da linguagem (segundo a qual fazer referência a ambos os sexos seria demasiadamente desgastante) esta alternativa de escrever com "x" poderia poupar-lhes um problema, e por outro lado, poderia ao menos servir para relativizar a validade de seu argumento.

que se mantêm naturalizadas, e que são habitualmente reproduzidas no seio das organizações dos setores subalternos, mesmo quando se propõem a mudar radicalmente a ordem social. Neste artigo, pretende-se traçar um quadro político e ideológico a partir do enunciado pelo *nuestro feminismo*, recuperando as contribuições do feminismo latino-americano, negro, de cor, lésbico, descolonizado, que desafia os limites da compreensão masculinista no debate sobre o sujeito político revolucionário.

Uma ferramenta fundamental das abordagens teóricas feministas é a que Alicia Puleo denomina *genealogia e desconstrução da hermenêutica da suspeita feminista* (Puleo, 2000: 12). Do nosso ponto de vista, essas tarefas são indispensáveis a uma análise política que procure contribuir para a desnaturalização das desigualdades que as ideologias dominantes nos apresentam como verdades ahistóricas, e que necessitamos problematizar profundamente se pretendemos que nossas revoluções percorram as ruas e as praças, mas também nossas casas, nossas camas, e cada canto onde propusermos abolir toda forma de opressão e exploração.

Uma aproximação ao *nuestro feminismo*²

O feminismo (ou os feminismos) é um movimento plural e heterogêneo que, em termos gerais, tem como denominador comum as lutas para “desmascarar o patriarcado como sistema, pela demonstração da construção social, cultural e econômica das diferenças sexuais que se assumem como biológicas e naturais” (Curiel, 2009: 3), e que formam a base na qual se sustentou e se sustenta a subordinação das mulheres à dominação masculina.

O alcance de tais lutas, a concepção da opressão sofrida, as condições necessárias para modificar situações desfavoráveis, as táticas e as estratégias adotadas, os marcos de aliança, as modalidades organizativas, são apenas alguns dos eixos a partir dos quais se configura o múltiplo espectro político-ideológico-organizativo que poderia ser identificado sob a égide do “feminismo”.

Quando fazemos referência ao **feminismo como uma ideologia**, estamos recuperando a dimensão da práxis que toda visão de mundo deveria carregar. Não falamos de uma ideologia de biblioteca, dogmática e esclerosada, lançando luz sobre nossas práticas de algum lugar nas alturas. Referimo-nos a uma ideologia como **sistema de idéias-chave que orienta nosso fazer e pensar sobre a política**. Esta dimensão da práxis do feminismo nos convida a pensar

² A expressão “Nuestro Feminismo” está baseada na Cartilha de Formação de Gêneros do Espaço de Mulheres da Frente Popular Darío Santillán (Argentina), denominada “Feminismo, Patriarcado, Capitalismo”. Disponível em www.frentedariosantillan.org

na localização dos saberes recuperados como insumos ao pensamento político emancipatório. Neste sentido, Donna Haraway propõe a perspectiva do **conhecimento situado** que, dando conta da natureza corpórea da produção de saberes, assume explicitamente sua parcialidade, em um ato ético e político que golpeia fundamentalmente a *pretensão objetivista*, característica do pensamento androcêntrico, patriarcal e colonial (Haraway, 1975).

Conforme Breny Mendoza, a conjuntura política e epistemológica singular na América Latina permite a emergência de “novos conhecimentos latino-americanos que se anunciam a si mesmos como uma resposta há muito esperada por cinco séculos de colonização do conhecimento eurocêntrico e inclusive machista. Esses conhecimentos autodefinem-se como trans-modernos, trans-capitalistas, trans-ocidentais, trans-pós-coloniais e ocasionalmente como feministas” (Mendoza, 2010: 19).

Neste sentido, queremos recuperar a denominação **feminismo nuestro-americano** proposta por Francesca Gargallo, que remete a utopia histórica de “Nuestra América”, proclamada pelo libertador cubano José Martí, possibilitando assim um locus de enunciação autodesignado, cuja carga geopolítica territorializada adquire um peso simbólico estratégico num contexto pós-colonial. Vale ressaltar que, longe de ser uma invenção de escritório, a recuperação desta noção surge por dentro das lutas de movimentos sociais e populares da América Latina, permitindo que, como assinala a autora, abra “o nominativo para os povos e culturas que estão fora da raiz lingüística latina, especialmente os povos indígenas e afrodescendentes, para que se juntem a nós a partir de sua vontade de pertencer a um coletivo includente” (Gargallo, 2011).

A descolonização emerge como preocupação central entre as pensadoras e ativistas feministas do chamado “Terceiro Mundo”. Para algumas feministas, nas palavras de Ochy Curiel, trata-se “de uma posição política e epistemológica que atravessa o pensamento e a ação individual e coletiva, nossos imaginários e nossos corpos, nossas sexualidades, nossas formas de agir e estar no mundo e cria uma espécie de *quilombo* das práticas sociais e construção de pensamento de acordo com as próprias experiências concretas” (Curiel, 2009: 70).

Assim, a perspectiva epistemológica do conhecimento situado, inscreve-se numa busca autônoma dos protagonistas da mudança social na Nuestra América, que a partir da reflexão sobre suas práticas desafiam as relações de saber-poder que tentam substituir suas vozes. A pretensão colonizadora não apenas provém das faces do poder patriarcal, mas também de um *feminismo ilustrado, branco, heterossexual, institucional e estatal* que, tornando invisíveis suas marcas de raça, classe e sexualidade (dentre outras) estabeleceram suas experiências particulares como medida universal, escondendo, e assim reproduzindo, sua posição de hegemonia

em relação às mulheres subalternas/ subalternizadas. Neste sentido, **“nuestro feminismo”**, reconhece-se no **feminismo descolonizado** que “se pensa e repensa a si mesmo na necessidade de construir uma prática política que considere a imbricação dos sistemas de dominação sexista, racial, heterossexista e capitalista, por considerar que esta *matriz de dominação* é o que outorga ao feminismo uma visão radical” (Curiel, 2009: 71).

A inter-relação entre a identidade de gênero e o pertencimento de classe, subestimada pelo feminismo liberal burguês que construiu uma agenda em função das mulheres de classe média, tem sido objeto de problematização teórica pelas feministas socialistas, materialistas, marxistas, anarquistas, ao menos desde os fins do século XIX e princípios do séc. XX, e com grande força a partir da segunda onda do feminismo na década de 1970. Parte importante do movimento feminista emergente na Nuestra América, composto por mulheres camponesas, desempregadas, trabalhadoras, estudantes, indígenas, dão conta dessa imbricação entre gênero e classe a partir da materialidade de suas agendas reivindicativas (soberania alimentar e sobre os corpos, acesso à terra, à educação e saúde públicas, ao trabalho e habitação etc.) e seus arcos de aliança (Fórum Social Mundial, Marcha Mundial das Mulheres, Via Campesina, ALBA dos movimentos sociais etc.).

Neste quadro, **“Nuestro feminismo”** é reconhecido como parte do **espectro antiimperialista e anticapitalista dos movimentos sociais**. Tanto o Imperialismo, com suas estratégias de dominação cultural e seus objetivos de saquear e explorar nossas riquezas e nossos povos, como o Capitalismo com sua mercantilização da vida e alienação de nossas existências, reproduzem padrões de dominação que atacam pela raiz nossas buscas emancipatórias. Entre os setores mais atingidos por essas políticas, é claro, encontram-se as mulheres, sempre as mais pobres entre xs pobres.

Mesmo que concordando com a necessidade de lutar por reformas táticas que aliviem nossa existência aqui e agora, entendemos que a chave para a nossa busca é a mudança radical do sistema social. O feminismo, numa perspectiva descolonizadora, tem contribuições importantes a dar para a construção de uma mudança civilizacional.

No que diz respeito ao **caráter anti-hetero-normativo de “nuestro feminismo”**, foram as ativistas lésbicas que souberam interpelar a naturalização da heterossexualidade obrigatória como regime político por parte de uma maioria do movimento feminista que habitualmente restringe a problematização das relações patriarcais às relações heterossexuais, o que acaba por reproduzir a invisibilidade a que as lésbicas são condenadas pelo heteropatriarcado.

Exponentes do ativismo lesbofeminista, diz Curiel, “argumentam que se partia de representações dos homens/mulheres como sujeitos universais mantendo a heterossexualidade como norma. Uma das contribuições fundamentais neste sentido foi a da estadunidense Adrienne Rich que propôs que a heterossexualidade é uma norma social que nos é imposta como obrigatória e que invisibiliza o lesbianismo” (Curiel, 2009: 5). Coincidirá com Monique Wittig ao afirmar que a restrição binária (mulher/homem) do sexo está a serviço dos objetivos reprodutivos de um sistema de heterossexualidade obrigatória; sistema político que explora e se apropria das mulheres.

As feministas negras³, de fronteiras ou mestiças (Gloria Anzaldúa, Cherry Moraga), ou as “Mulheres de cor”⁴, as que irromperam na cena pública denunciando o **caráter racializado do capitalismo patriarcal**, bem como o **caráter etnocêntrico do feminismo branco ocidental**. Em sua crítica demolidora ao feminismo de e para as mulheres brancas, Bell Hooks denuncia que “o racismo abunda na literatura das feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se vinculem politicamente atravessando as fronteiras étnicas e raciais” (Hooks, 1984: 35). No mesmo artigo, Hooks fala das mulheres negras como o grupo com *status* social mais baixo, ao suportar o peso da opressão sexista, racista e classista:

Somos um grupo que não tem sido socializado para assumir o papel de explorador/opressor, uma vez que nos foi negado o *outro* ao qual possamos explorar ou oprimir (...) as mulheres brancas e os homens negros estão em ambas as posições. Podem atuar como opressores ou serem oprimidos e oprimidas (...) o sexismo dos homens negros solapou as lutas para erradicar o racismo, assim como o racismo das mulheres brancas tem minado as lutas feministas (Hooks, 1984: 49).

Quando falamos de “raça”, não o fazemos como característica biológica de classificação (racista) humana, mas como Ochy Curiel explica, “assumimos a concepção de *raça social*, entendendo-a como a construção simbólica, cultural,

³ Ver Declaração de Combahee River Collectiva (1975).

⁴ “Utilizo a expressão mulheres de cor, originada nos Estados Unidos pelas mulheres vítimas da dominação racial, como um termo de coalizão contra as múltiplas opressões. Não se trata simplesmente de um indicador racial, ou de uma reação a dominação racial, mas de um movimento solidário horizontal. Mulheres de cor é uma frase que foi adotada pelas mulheres subalternas, vítimas de dominações múltiplas nos Estados Unidos. ‘Mulher de Cor’ não aponta para uma identidade que separa, mas a uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras: cherokees, porto-riquenhas, sioux, chicanas, mexicanas, pueblo, enfim, todo o complexo emaranhado das vítimas da colonialidade de gênero. Contudo, emaranhado não como vítimas, mas como protagonistas de um feminismo descolonial. A coalizão é uma coalizão aberta, com uma intensa interação intercultural” (Lugones, 2008: 75).

e sobretudo política, que tem feito do biológico, estratégia onde se sustenta o racismo” (Curiel, 2009: 1). Da mesma maneira usada por Aníbal Quijano, as aspas do termo “raça” têm por objetivo evidenciar seu caráter fictício. Retomando criticamente o quadro conceitual de Quijano, María Lugones dirá que “a colonialidade do poder introduz a classificação social universal e básica da população do planeta em termos da idéia de “raça” (...) que redefine as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas por meio da dominação. Re-concebe a humanidade e as relações humanas através de uma ficção, em termos biológicos” (Lugones, 2008: 79).

Diferentemente de Bell Hooks e outras expoentes do feminismo negro e de cor, interessadas em desmascarar a cumplicidade racista do feminismo branco, a preocupação principal de Lugones é entender a indiferença que os homens mostram em relação às violências que sistematicamente são infringidas sobre as mulheres de cor e, com isto, fazer alusão à

indiferença daqueles homens que continuam sendo vítimas da dominação racial, da colonialidade do poder, inferiorizados pelo capitalismo global. Problematizar sua indiferença sobre as violências que o Estado, o patriarcado branco, e que eles mesmos perpetuam sobre as mulheres de nossas comunidades, no mundo todo, é o estímulo que me leva a esta investigação teórica (Lugones, 2008: 76).

Apesar de não ser a preocupação central deste artigo, a indagação sobre as relações de cumplicidade interracial e interclassista entre homens é de importância estratégica para os que consideram que o caráter antipatriarcal das lutas populares deve ser internalizado e sustentado pelas organizações populares em seu conjunto, e não assunto específico de espaços compostos exclusivamente por mulheres ou sujeitxs que não respondam ao padrão binário heteronormativo⁵.

Neste sentido, e sabendo da polêmica em que esta discussão se inscreve, é que devemos entrar no debate tempestuoso sobre o sujeito do feminismo, o que sem dúvida contribuirá a nosso objetivo mais geral, em torno ao debate sobre o sujeito da mudança social na Nuestra América.

Afirmamos que “nuestro feminismo” não está somente orientado à luta pelos direitos das mulheres. Embora seja evidente que são as condições de desigualdade do “gênero feminino” as que dão origem às reflexões e práticas feministas, **nos identificamos com um feminismo que tem entre seus principais objeti-**

⁵ Neste campo problemático, insere-se nosso projeto de pesquisa de doutorado, denominado “Los Micromachismos en las organizaciones populares. Entre la reproducción y la transformación. Un análisis de la política antipatriarcal del Frente Popular Darío Santillán (FPDS)”.

vos a luta pela igualdade intergenerica⁶ e a emancipação dos postulados patriarcais. O que não significa abandonar as reivindicações das mulheres (que, como vimos anteriormente, não são únicas e eternas, mas dependem de uma multiplicidade de fatores), nem evitar sua situação de subordinação em relação aos homens, mas conceber que do marco do sistema patriarcal todxs estamos em condições de alienação, tendo em conta, é claro, que os homens em geral – e os homens respondem ao modelo de maculidade hegemônica em particular – são beneficiados pela desigual distribuição de poder baseada no sexo.

De acordo com Luis Bonino, “Esta masculinidade define uma posição social superior para os homens e atua como um conjunto de mandatos sociais propostos como modelos de ser, estar e fazer que as figuras de socialização transmitem intergeracionalmente, convertendo-se em crenças e matrizes organizadoras da subjetividade masculina” (Bonino, 2004: 2). No entanto, é necessário esclarecer que, assim como não podemos falar de uma sujeita “mulher” pré-existente às marcas de raça, classe e sexualidade, tampouco podemos fazê-lo no caso dos homens, já que sua posição concreta nas relações de poder será condicionada por esse complexo entrelaçamento. O modelo androcêntrico de homem é também burguês, branco, adulto e heterossexual e traz, conseqüentemente, a subalternização das expressões masculinas que não respondem a ele.

Quando dizemos que todxs estamos em condições de alienação, nos referimos ao fato de que tanto mulheres como homens – heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicas – travestis, transexuais, transgêneros e intersex, encontramos-nos sob os desígnios de uma cultura que impõe uma maneira de ser e pensar que mina a nossa autonomia, entendendo autonomia como a capacidade de autogoverno sobre nossos corpos e mentes.

Assim, **entendemos “nuestro feminismo” como uma forma de resistência contra as tentativas colonizadoras do Hetero-Patriarcado, como uma procura, pessoal e coletiva, em busca do livre exercício de nossos direitos sobre nossos desejos, nossos corpos e nossas mentes,** mais do que a busca do prazer, da satisfação e da realização de cada um de nós em comunidade.

Ainda que o feminismo tenha um forte sentido antipaternalista, denunciando a subestimação e a inferioridade a que as mulheres têm sido historicamente submetidas pela dominação masculina, também é verdade que sua origem ilus-

⁶ Isso não quer dizer que a “igualdade” seja a busca por assemelhar-se ao masculino universal que se apresenta como “o um”, “a norma”, no sistema de dominação patriarcal, nem reduzir a expressão “intergenerica” a relação dual mulher/homem, feminino/masculino. Com o termo “igualdade intergenerica” procuramos expressar a necessidade de abolir as assimetrias sociais constituídas em função do sexo.

trada em muitas ocasiões tem alimentado a tentação autoritária de indicar “o caminho correto” amparado em verdades teóricas inquestionáveis, em alguns casos transformadas em dogma. De nossa parte, estamos mobilizados por um feminismo que contribua e participe das construções de poder popular geradas de baixo para cima.

Como bem afirmam Miguel Mazzeo e Fernando Stratta:

o popular é um campo contraditório e heterogêneo. É habitado por preconceitos que contribuem com a reprodução do sistema de dominação, bem como por aqueles que questionam (...) Qualquer política que tenha como horizonte a transformação radical da sociedade deve andar sobre essa contradição e caminhar numa região turva, relutante a purismos metodológicos e a obstáculos dogmáticos (Mazzeo e Stratta, 2007: 8).

Que as potencialidades do feminismo, como corpo teórico-prático propenso à construção de relações intergenéricas horizontais e emancipadas, sejam vislumbradas por parcelas destes setores populares organizados, e o feminismo decida caminhar sobre esta “região turva” do popular, colocando esta tarefa política como uma parte essencial desse “horizonte de transformação radical da sociedade”, são elementos fundamentais das preocupações deste artigo.

Nem dividir nem somar. Multiplicidades e intersecção.

Quando pensamos sobre as lutas políticas e sociais em prol de uma transformação radical da sociedade, pensamos na construção de um sujeito social plural e heterogêneo composto por múltiplos setores que estão numa posição subalterna diante de várias modalidades de exercício assimétrico do poder.

Assim como as tradições mais ortodoxas da esquerda revolucionária reduziram a caracterização do sujeito da mudança a uma análise mecânica sobre sua posição na estrutura de classes, podemos encontrar no feminismo hegemônico uma redução das sujeitas da luta feminista à sujeita mulher, sendo a categoria gênero e a compreensão do Patriarcado como sistema universal, as variáveis que operaram na contenção e obstáculos a um raciocínio mais complexo.

As feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e para diversos grupos de mulheres porque não compreendem a interdependência das opressões de sexo, raça e classe ou recusam-se a levar a sério esta interdependência. A análise feminista da situação das mulheres tende a centrar-se exclusivamente no gênero, e não fornece uma fundamentação sólida sobre a qual construir uma teoria feminista. Refletem a tendência dominante, típicas das mentes patriarcais ocidentais, para mistificar a realidade da mulher insistindo que o gênero é o único determinante do destino das mulheres (Hooks, 1984: 49).

Como disse Karina Bidaseca:

Ao chamar a unidade do feminismo para lutar contra a opressão universal do patriarcado, as feministas – que não tinham consciência da opressão de raça e classe – propuseram e desejaram estas outras opressões e, deste modo, impediram que se vissem sujeitos racializados, sexualizados e colonizados (...) encontraram na categoria do patriarcado uma forma de dominação masculina universal, ahistórica, essencialista e indiferenciada quanto à classe, à raça, e foi este o motivo de seu questionamento (Bidaseca, 2010: 131).

Yuderkys Espinosa Miñoso pergunta-se “por que a preocupação (sobre o sujeito e os corpos do feminismo) tem se limitado ao corpo sexuado generalizado, sem poder articular com uma pergunta sobre a maneira pela qual as políticas de racialização e empobrecimento estariam também definindo os corpos que importam em uma região como a América latina”. Uma hipótese particularmente interessante sugere que

a desigual condição geopolítica tem produzido uma dependência ideológica dos feminismos latino-americanos aos processos e produção de discursos no primeiro mundo, definindo assim a ênfase teórica do movimento; assim como as dificuldades e obstáculos para a produção de um pensamento e uma práxis que parta do reconhecimento deste estigma constitutivo pós-colonial e observe a maneira em que esta condição determina inevitavelmente a sujeita do feminismo da região, bem como os urgentes objetivos de sua política (Espinosa Miñoso, 2009: 40).

Como parte deste debate, Lugones recupera a noção de interseccionalidade de raça, classe, sexualidade e gênero, ao considerar que esta perspectiva “revela o que não se vê quando categorias como gênero e raça são conceituadas separadas uma da outra” (Lugones, 2008: 81). O fato de que gênero, raça, classe tenham sido concebidas como categorias estruturadas de maneira binária (homem/mulher, branco/negro, burguês/proletário) tende a esconder a intersecção entre elas, separando categorias que são inseparáveis. Portanto, recorre a metáforas da arte de tecido, como “teia” ou “emaranhado”, que ao contrário de interconexão ou cruzamento ilustra a inseparabilidade dos termos:

A intersecção nos mostra um vazio. Portanto, uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que está perdido, temos diante de nós a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção para, deste modo, evitar a separabilidade das categorias e do pensamento categorial. Apenas percebendo gênero e raça como entrelaçados ou fundidos indissolivelmente é que podemos realmente ver as mulheres de cor (...) já que a lógica categorial historicamente tem selecionado somente o grupo dominante, as mulheres burguesas brancas heterossexuais e, portanto, tem escondido a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (Lugones, 2008: 82).

Sem aprofundar a análise específica de María Lugones, o que nos interessa destacar é que tanto a caracterização de “sistema moderno/ colonial de gênero”, como a perspectiva interseccional, fornecem ferramentas conceituais de suma importância para a construção de um olhar complexo da realidade social, que jogue por terra as análises fragmentadas do Capitalismo e do Patriarcado (e o racismo e heterossexismo) como sistemas diferenciados, e de classe e gênero (e raça e sexualidade) como categorias independentes e integradas pela lógica da somatória.

De maneira semelhante, podemos recuperar a categoria de “sistema de dominação múltipla”, já que “com ela podemos integrar diversas propostas emancipatórias que hoje aparecem de certa forma justapostas e evitar, desta maneira, velhos e novos reducionismos ligados à pré-determinação abstrata de atores sociais aos quais se assinalam a priori tarefas libertadoras messiânicas” (Valdés Gutiérrez, 2001: 49).

Articular nossas diversidades. Diversificar nossas articulações.

Do nosso ponto de vista, os esforços para regenerar um projeto emancipatório na Nuestra América devem contemplar a diversidade de sujeitos na luta e a importância do reconhecimento de suas singulares identidades. Ochy Curiel destaca duas linhas de debate sobre as identidades no interior do feminismo; uma que considera todas as identidades como ficções repressivas, principalmente porque trazem consigo essencialismos, e a outra postura, que considera as identidades como estratégias de sobrevivência humana e política, entendendo que é necessária uma reafirmação subjetiva radical como base das transformações sociais. Através das vozes feministas negras da República Dominicana, Brasil e Costa Rica, Curiel expressa que

a identidade para muitas mulheres afrodescendentes é concebida como uma necessidade, produto da experiência e da história que as coloca na urgência de se posicionar como pessoa individual e como grupo social. Estas referências são a base que permite contrariar a idéia de que estamos falando de posições de identidade essencialistas, mas de identidades que se constroem a partir de relações e conflitos sociais, na necessidade de revelar fatos invisibilizados (...) a necessidade de criar solidariedades na luta política e saber-se semelhante ao outro e outra (...) Apelar à política da identidade para muitos afrodescendentes é, portanto, ato político de resistência e muitas vezes de transformação (Curiel, 2009: 10).

Atento para os riscos de que as políticas de identidade derivem em posturas essencialistas, Curiel considera que “o processo de construção de sujeitas políticas deve ser a reafirmação e, ao mesmo tempo, a desconstrução de identidades”,

considerando que “entender as identidades como produtos sociais, mutáveis, flutuantes pode tanto favorecer para não cairmos em essencialismos, como não acusar de essencialistas a muitas posições políticas assumidas por grupos sociais que não são legitimados nem reconhecidos” (Curiel, 2009: 14).

Desta forma, conclui seu artigo com algumas estratégias políticas de suma importância neste debate, que procuramos sintetizar da seguinte maneira:

1. A construção e a reconstrução de identidades implicam um ir e vir na luta contra o racismo, o sexismo, o classismo e o heterossexismo conforme os contextos, hegemonias e conjunturas políticas.
2. Para conseguir uma transformação social devemos ter uma proposta política articuladora, uma utopia de sociedade que permita conceber sistemas de opressão, exclusão e marginalização como sistemas de dominação articulados. A intervenção política deve contemplar estratégias de ação articulada.
3. Temos de priorizar alianças com os setores de mulheres que são atravessados por estes sistemas de dominações: racismo, sexismo, classismo, heterossexismo e que sustentem uma nova prática política feminista que não continue atomizando as especificidades de cada grupo social.
4. Devemos desafiar-nos para a possibilidade de trabalhar nosso próprio racismo, nossa própria lesbofobia e nosso próprio classismo, pois se continuamos reproduzindo privilégios em nossas relações interpessoais, as estruturas sociais não serão possíveis de mudar e vice-versa, o que é um velho princípio feminista, mas nunca é demais lembrar porque é a parte que mais nos custa assumir (Curiel, 2009: 14-15).

Concordamos com Femenías ao expressar que

o desafio consiste em não renunciar às lutas coletivas convocadas sobre a base das políticas de identidade, mas a exercê-las sabendo que a construção de identidade como tal, deveria ser suficientemente instável para desencorajar a espreita da essencialização constitutiva (...) que não se volte a fechar a diferença sobre si mesma mediante uma nova totalização identitária (Femenías, 2007: 114).

A idéia de pluralidade tem sido muitas vezes relegada pelas esquerdas e deixada nas mãos dos setores liberais, supondo, talvez, que a força e solidez de uma proposta política poderiam ser dadas pela homogeneidade e unidade das vozes que a expressam. No entanto, a complexidade que enfrentamos nos desafios de nossos tempos, obriga-nos a voltar a atenção para este conceito, buscando recuperá-lo criticamente, mas sem por isso compartilhar os ideários políticos das democracias liberais burguesas.

Como afirmou Ana Sojo,

A ausência de uma comunidade natural de interesses e necessidades na sociedade implica considerar uma pluralidade de objetivos e a demanda de seu reconhecimento social; portanto, a reflexão sobre as formas de convivência que permitam a articulação de sujeitos particulares, com metas inclusive contraditórias (...) uma vez que rejeitamos como meta a amálgama, a uniformidade, abandonamos uma visão organicista da sociedade e pensamos na política como arte da construção do social (Sojo, 1998: 31).

É na configuração de uma abordagem que conjugue diversidade com articulação, que o reconhecimento da pluralidade torna-se uma dimensão estratégica em nossas lutas.

Por que este reconhecimento da diversidade do sujeito social popular? Para que a diversidade não signifique atomização funcional ao sistema, nem impaciência pós-moderna de relatos desconexos, é necessário pensar e fazer a articulação, ou o que é o mesmo: gerar processos sócio-culturais a partir das diferenças. O pensamento alternativo só o é se envolve diversidade com articulação, o que supõe criar as condições dessa articulação, impulsionar o relacional em todas as suas dimensões como antídoto à ideologia da delegação, fortalecer o tecido associativo sobre a base de valores fortes (de reconhecimento, justiça social, equidade etc.) Precisamos construir uma ética da articulação, não como declarações, mas como aprendizado e desenvolvimento da capacidade dialógica, de respeito profundo *pel@s outr@s*, disposição para construirmos juntos a partir de experiências e saberes distintos de acumulação e confronto, potencializar identidades e subjetividades (Valdés Gutiérrez, 2001: 53-54).

Acreditamos que um dos maiores desafios que enfrentamos a partir de teorias e práticas emancipatórias é o de desconstruir o pensamento dual e binário que caracteriza o pensamento ocidental, e avançar na construção de uma perspectiva complexa que nos permita articular as demandas *dxs* *sujeitxs* subalternos, permitindo começar a imaginar um *sujeitx* revolucionário *nuestroamericano* que recupere as aprendizagens mais avançadas do movimento social e popular para a (re)construção de um projeto de transformação radical do paradigma civilizatório.

Nesse caminho é que recuperamos do feminismo aquelas vozes que tensionam e empurram os limites de nossas construções, convidando-nos a radicalizar nossas buscas para que, como diz a ativista travesti Lohana Berkins “não [apenas] um pedacinho, [mas] para que todo o céu seja vermelho, rebelde, resistente, e que nessa tensão brilhe forte o arco-íris”.

Bibliografía

- BIDASECA, Karina (2010). *Perturbando el texto colonial. Los estudios (pos)coloniales en América Latina*. Buenos Aires: Ed.SB.
- BONINO, Luis (2004). Obstáculos y resistencias masculinas al comportamiento igualitario. Una mirada provisoria a lo intra e intersubjetivo. Artículo presentado en *Séminaire international Les hommes en changements: les résistances masculines aux changements dans une perspective d'égalité*. Francia.
- CURIEL, Ochy (2010). Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys (org.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano* (vol. I). Buenos Aires: En la frontera.
- _____. (2009). Identidades esencialistas o construcción de identidades política: El dilema de las feministas afrodescendientes. *Revista Electrónica Construyendo Nuestra Interculturalidad*, Año 5, n. 5, vol.4.
- ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys (2009). Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, n. 33, vol.14, Caracas.
- FEMENÍAS, María Luisa (2007). *El Género del Multiculturalismo*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- GARGALLO, Francesca (2011). *Antología del Pensamiento Feminista Nuestroamericano en el Siglo XIX y XX*. No prelo.
- HARAWAY, Donna (1985). Conocimientos situados: la cuestión científica en el feminismo y el privilegio de la perspectiva parcial. In: *Ciencia, cyborgs y mujeres. La Reinención de la Naturaleza*. Madri: Cátedra.
- HOOKS, Bell (2004). Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista. In: *Otras Inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Madrid: Trafincantes de Sueños.
- LUGONES, María (2008). Colonialidad y Género. *Revista Tabula Rasa*, n. 9, Bogotá.
- MAZZEO, Miguel (2007). *El sueño de una cosa (introducción al poder popular)*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo.
- MAZZEO, Miguel e STRATTA, Fernando (2007). Introducción. In: VVAA. *Reflexiones sobre Poder Popular*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo.
- MENDOZA, Breny (2010). La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys (org.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano* (vol. I). Buenos Aires: En la frontera.

- PULEO, Alicia H. (2000). *Filosofía, Género y pensamiento crítico*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio editorial.
- SOJO, Ana (1988). *Mujer y política. Ensayo sobre el feminismo y el sujeto popular*. San José de Costa Rica: Departamento Ecuménico de Investigaciones.
- VALDÉS GUTIÉRREZ, Gilberto (2001). Hacia un nuevo paradigma de articulación (no tramposo) de las demandas emancipatorias. *Artículos y Ensayos Utopía y praxis latinoamericana*, n. 14, Año 6, Maracaibo.